



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Relatório INSP-2023-0053**  
**BI-2023-0055**

## 1 – Dados gerais

### 1.1 - Inspeção

**Data:** 17/05/2023                      **Hora:** 14h00                      **Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Seguimento

**Inspetor responsável:** Paulo M. Pires

**Outros inspetores da IRA:** António MR. Moutinho

#### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho de 2021, que estabelece a orgânica da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

A inspeção foi realizada em resposta a um pedido de colaboração da Estrutura de Sustentabilidade do Destino Turístico – Açores DMO (Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas) no âmbito do processo de certificação da Região como destino turístico sustentável.

No local foi contactada Ana Cristina Câmara, Técnica Superior de Ambiente da Câmara Municipal de Vila do Porto, a qual prestou os esclarecimentos solicitados e acompanhou a visita às instalações.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Município de Vila do Porto                      **NIPC/NIF:** 512063770

**Sede/morada:** Largo Nossa Senhora da Conceição

**Código Postal:** 9580-539                      **Freguesia:** Vila do Porto

**Concelho:** Vila do Porto                      **Ilha:** Ilha de Santa Maria

### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** ETAR de Vila do Porto

**Endereço:** Calhau da Roupa

**Código Postal:** 9580                      **Freguesia:** Vila do Porto

**Concelho:** Vila do Porto                      **Ilha:** Ilha de Santa Maria

**Atividade principal:** 84113 - Administração Local

**Outras atividades:** 37001 – Recolha e drenagem de águas residuais



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Período de funcionamento:** 24h/dia

**Licenciamento da atividade:** AR/2023/40

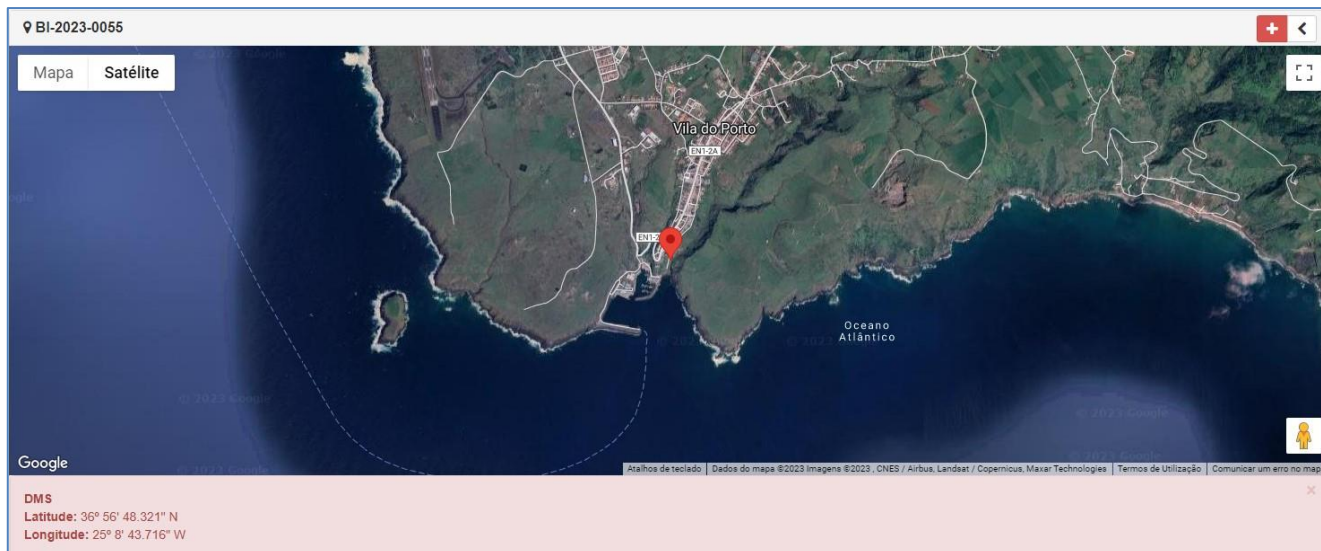


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Situação observada

### 2.1 – Antecedentes

O estabelecimento foi alvo de uma inspeção ambiental integral em 28/11/2022 (BI-2022-0141), na qual foram identificadas as seguintes irregularidades:

- a) A falta de envio dos dados do sistema de autocontrolo de acordo com a periodicidade exigida no respetivo título, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio;
- b) Não foi efetuada a comunicação semestral de lamas produzidas à entidade licenciadora, nos termos do artigo 53.º do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2009/A, de 19 de outubro;
- c) A não constituição de garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

## **2.2 – Descrição da situação observada**

### **a) Renovação da licença de descarga de águas residuais**

A licença de descarga de águas residuais em vigor à data da inspeção anterior era titulada pelo alvará n.º AR/2022/15, válido até 15/02/2023. O operador procedeu à renovação da licença, a qual foi substituída pelo alvará n.º AR/2023/40, de 6 de março de 2023, válido por um ano.

### **b) Comunicação de dados ao abrigo da licença**

Em janeiro de 2023 o operador necessitou de esvaziar o decantador secundário para realizar trabalhos de manutenção no interior do mesmo, o que implicou que o efluente tivesse que ser descarregado sem o tratamento adequado. Esta situação foi comunicada à entidade licenciadora no dia 6 de janeiro, para efeitos do disposto na cláusula 11 do alvará n.º AR/2022/15.

Foram apresentadas evidência do cumprimento da obrigação de envio dos boletins de análise à entidade licenciadora, com a periodicidade exigida na licença. Verificaram-se os comprovativos de envio dos boletins de novembro e dezembro de 2022 e de março e abril de 2023 (em janeiro e fevereiro não foram realizadas análises porque o decantador secundário esteve fora de serviço).

### **c) Comunicação de lamas**

Em janeiro de 2023 submeteu no portal DO.IT a informação semestral sobre a produção de lamas, nos termos do artigo 53.º do DLR n.º 18/2009/A, através do formulário DRAAC-DGR/32.0.40/1/InfLamas/187, relativa ao 2º semestre de 2022.

### **d) Garantia financeira**

À data da inspeção ainda não tinha constituído a garantia financeira exigida nos termos do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho. O processo encontrava-se em análise na autarquia para decidir qual a solução a dotar.

## **2.3 – Outras informações obtidas**

Verificou-se que a ficha de dados de segurança da cal hidratada (fornecedor Calcidrata) encontrava-se desatualizada face ao enquadramento legal vigente.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

### 3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foi verificada a seguinte infração:

- a) A não constituição de garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade, em violação do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho, constitui contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 26.º do mesmo diploma legal, punível com coima de €24 000 a €5 000 000 nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto.

### 4 – Indicações e medidas adotadas

#### Indicações transmitidas:

Foi recomendada a verificação e, se necessário, atualização de todas as fichas de dados de segurança dos produtos utilizados no estabelecimento.

#### Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra:

Ponta Delgada, 16 de junho de 2023